

Relações de poder e crítica à modernidade em *O som do rugido da onça*, de Micheliny Verunschck: uma leitura à luz dos conceitos de interseccionalidade letal e colonialidade de gênero /

Relaciones de poder y crítica a la modernidad en El sonido del rugido del jaguar, de Micheliny Verunschck: una lectura a la luz de los conceptos de interseccionalidad letal y colonialidad de género

Auricélia Moreira Leite¹

Professora de Língua Portuguesa da rede estadual da Paraíba. Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB), com realização de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) na Universidade de Buenos Aires (2026). Mestre em Linguística pelo PROLING/UFPB.

 <https://orcid.org/0000-0002-8796-8668>

Moama Lorena de Lacerda Marques²

Professora no Departamento de Letras (DL/UFPB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPB). Doutora e Mestra em Literatura. Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos de Poesia e integrante do Grupo Feminismos e Decolonialidade. Editora da Revista Ártemis.

 <https://orcid.org/0000-0002-3569-1601>

Recebido em 29 mar. 2026. **Aprovado** em: 27 jul. 2026.

Como citar este artigo:

LEITE, Auricélia Moreira. MARQUES, Moama Lorena de Lacerda. Relações de poder e crítica à modernidade em *O som do rugido da onça*, de Micheliny Verunschck: uma leitura à luz dos conceitos de interseccionalidade letal e colonialidade. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 15, n. 2, e7480, set. 2026. DOI: 10.5281/zenodo.22981129.

RESUMO

Este artigo analisa, à luz dos debates sobre interseccionalidade e colonialidade do poder, do ser e de gênero, como as relações coloniais e suas permanências são representadas no romance *O som do rugido da onça* (2021), de Micheliny Verunschck. A partir da ficcionalização de um episódio histórico do século XIX, no qual crianças indígenas são retiradas de seu território e levadas à Europa, a narrativa desloca o olhar eurocêntrico e reinscreve a experiência colonial desde a perspectiva dos sujeitos subalternizados. Ao privilegiar o foco narrativo que acompanha Iñe-e, uma das crianças

¹ celialeite.educ@gmail.com

² moamalorena@gmail.com

sequestradas, o romance evidencia a articulação entre violência colonial, racialização e hierarquização de gênero, expondo os fundamentos históricos dessas opressões. Argumenta-se que a obra produz uma outra história que tensiona a racionalidade moderna ao revelar a colonialidade como estrutura persistente, e não como evento superado. Ao articular criticamente os aportes da interseccionalidade letal, a partir de Patricia Hill Collins (2024), e do pensamento decolonial, com ênfase na decolonialidade de gênero, desenvolvida por Maria Lugones (2007; 2008) e Rita Segato (2012), o estudo demonstra que a narrativa amplia o horizonte interpretativo das formas literárias contemporâneas ao evidenciar o entrecruzamento estrutural das opressões e seus efeitos sobre os corpos e as subjetividades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder; Modernidade; Interseccionalidade; Colonialidade de gênero; Literatura brasileira.

RESUMEN

*Este artículo analiza, a la luz de los debates sobre la interseccionalidad y la colonialidad del poder, del ser y del género, cómo las relaciones coloniales y sus persistencias son representadas en la novela *O som do rugido da onça* (2021), de Micheline Verunschik. A partir de la ficcionalización de un episodio histórico del siglo XIX, en el que niños indígenas son arrancados de su territorio y llevados a Europa, la narrativa desplaza la mirada eurocéntrica y reinscribe la experiencia colonial desde la perspectiva de los sujetos subalternizados. Al privilegiar el foco narrativo que acompaña a Iñe-e, una de las niñas secuestradas, la novela pone de manifiesto la articulación entre la violencia colonial, la racialización y la jerarquización de género, exponiendo los fundamentos históricos de estas opresiones. Se sostiene que la obra produce otra historia que cuestiona la racionalidad moderna al revelar la colonialidad como una estructura persistente, y no como un acontecimiento superado. Al articular críticamente los aportes de la interseccionalidad letal, a partir de Patricia Hill Collins (2024), y del pensamiento decolonial, con énfasis en la decolonialidad de género, desarrollada por María Lugones (2007; 2008) y Rita Segato (2012), el estudio demuestra que la narrativa amplía el horizonte interpretativo de las formas literarias contemporáneas al evidenciar el entrecruzamiento estructural de las opresiones y sus efectos sobre los cuerpos y las subjetividades indígenas.*

PALABRAS CLAVE: Relaciones de poder; Modernidad; Interseccionalidad; Colonialidad de género; Literatura brasileña

1 Introdução

A literatura latino-americana contemporânea tem se destacado pela presença expressiva de autoras interessadas em oferecer narrativas que tensionem o padrão eurocêntrico, a partir de inovações estéticas e temáticas que fogem à tradição do Norte global. Destacamos os nomes de Cristina Rivera Garza (México), Samantha Schweblin (Argentina), Camila Sosa Villada (Argentina), Monica Ojeda (Equador), Lina Meruane (Chile), Teresa Cárdenas (Cuba), Micheline Verunschik (Brasil), entre tantos outros que honrariam esta diminuta lista.

Para este estudo, buscamos oferecer uma análise do romance *O som do rugido da onça*, da autora brasileira Micheline Verunschik, ganhador do prêmio Jabuti de melhor romance literário do ano de 2022. A obra retrata o rapto de crianças indígenas de seus territórios, levadas à Europa, juntamente com animais e plantas, como parte de um acervo, que pretendia representar a vida selvagem do Brasil, a ser exibido no continente europeu pelos cientistas Martius e Spix, no século XIX. Trata-se de um episódio ocorrido em 1820, amplamente documentado e posteriormente publicado por

pesquisadores como resultado de uma de suas expedições à Amazônia. Verunschik (2021), então, ficcionaliza-o, redirecionando o foco narrativo, agora voltado à menina indígena Iñe-e, a fim de oferecer outra história e disputar narrativas diferentes daquelas contadas pelos cientistas.

Analizamos a obra a partir de dois caminhos interpretativos: um deles à luz do conceito de interseccionalidade, oriundo do feminismo negro estadunidense, especialmente da produção de Patrícia Hill Collins (2024), a fim de delinear como ocorrem as relações de poder na trama; e o outro a partir da perspectiva da decolonialidade de gênero, com Maria Lugones (2007; 2008), com o propósito de avaliar como o romance tece uma crítica à lógica moderna. Ao mobilizar conjuntamente interseccionalidade e colonialidade de gênero, o estudo reconhece tratar-se de perspectivas inscritas em tradições teóricas distintas, cujos aportes, longe de se oporem, se mostram complementares na análise proposta.

A interseccionalidade permite compreender de que modo as relações de poder se estruturam a partir do entrecruzamento de diferentes eixos de opressão, como raça, gênero e classe, com o objetivo de assegurar a manutenção do poder. Já a colonialidade de gênero, a partir de uma posição decolonial feminista, a despeito de também discutir o entrecruzamento dos eixos de opressão, desloca o foco para a gênese dessas hierarquias, evidenciando que a noção binária de gênero tal como conhecemos atualmente e a própria modernidade fundam-se sobre uma matriz colonial que produz e naturaliza opressões. Nessa perspectiva, considera-se que “[...] tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno.” (Curiel, 2020, p.133).

Por fim, compreendendo a literatura latino-americana como um espaço de atravessamentos, é coerente analisar a obra de Verunschik, especialmente *O som do rugido da onça*, sob mais de uma lente crítica, tendo em vista que trata da violência colonial, da racialização e das questões culturais e de gênero, perpassando tempos, espaços e corpos. Além disso, o tensionamento teórico mostra-se como uma oportunidade de diálogo crítico e confronto produtivo, concentrando-se em denunciar as múltiplas estruturas de opressões.

2 Rugidos silenciados: intersecções letais e a violência da modernidade colonial

Romance histórico contemporâneo, *O som do rugido da onça* constrói uma narrativa marcada pela multiplicidade de histórias, temporalidades e focos narrativos, que se entrelaçam em torno da personagem indígena Iñe-e. Na primeira parte, o enredo concentra-se no nascimento da menina, em seu sequestro e na morte prematura ocorrida pouco depois da sua chegada à Europa. Em um segundo momento, já no período histórico atual, a narrativa acompanha a personagem Josefa, que se conecta à história de Iñe-e ao se deparar com a imagem da criança em um museu de São Paulo e iniciar uma investigação em busca de mais informações sobre o caso. Por fim, a terceira parte do romance retrata o processo de oncificação de Iñe-e e sua busca por justiça. Nesta análise, optamos por privilegiar a primeira parte da obra, uma vez que nela se tornam mais evidentes os traços de interseccionalidade letal e ações sustentadas pela lógica da modernidade colonial, apesar de reconhecer que os demais acontecimentos narrados são desdobramentos de um processo de colonização que não se encerra com a independência dos países, mas, ao contrário, estrutura as sociedades atuais como um princípio organizativo da existência cotidiana e da escala societal. (Quijano, 2005).

Ainda muito pequena, a personagem central da obra de Verunsch, Iñe-e, irmã gêmea do menino Tsitsi, recebeu a visita de uma onça, animal que, embora temido e respeitado pelo povo Miranha, era considerado inimigo e sinal de maldição. A história, contada inúmeras vezes pelo avô da menina, dava conta de que ela

se desgarrou das mulheres que preparavam a yuca e ficou horas desaparecida. Somente a encontraram no fim da tarde. Quando as esperanças de vê-la viva novamente se esvaíam, os parentes a avistaram à margem do rio, em companhia de uma enorme onça; Iñe-e de cócoras, Tipai uu, a onça, a seu lado, a cauda batendo ritmadamente de um lado para o outro, como quem espera, como quem vela, tendo deixado a criança intacta e segura até a chegada do seu povo, quando então foi embora. (Verunsch, 2021, p.18)

Apesar de ter sido benzida pelo xamã no instante de seu nascimento, o pai da menina – o tuxaua – compreendeu aquela cena como um mau presságio. Em sua leitura, a presença da onça não era um sinal de sorte, mas o anúncio de uma maldição sobre a filha e, por extensão, sobre todo o povo Miranha. A partir daquele momento, o tuxaua passou a nutrir aversão à menina, devido a uma interpretação que ia de encontro ao entendimento do xamã, que, por sua vez, via no contato entre a criança e o animal um sinal de força e proteção.

Esse impasse entre as lideranças da comunidade Miranha se dava quando o tuxaua já mantinha contato com os homens brancos e, aos poucos, assimilava os seus valores e costumes, esquecendo-se das tradições e hierarquias do seu povo. Sobre o tuxaua, o narrador afirma que “as fibras embranqueciam a cada contato com os estrangeiros, o que era, de fato, e o velho sabia, uma verdadeira desgraça” (Verunsch, 2021, p.19).

À medida que a narrativa avança, o leitor testemunha o quanto o pai de Iñe-e se distancia dos costumes do seu povo e é seduzido cada vez mais pela cultura dos brancos, despertando desconfiança e temor em seus parentes. Além do distanciamento que ele mantinha da própria filha, o tuxaua abandonou a primeira mulher, mãe de Iñe-e e Tsittsi, adquiriu o hábito de se barbear, usar calças compridas e até um casaco, além de exigir ser chamado de João Manoel, nome dado por um frade que o batizou durante uma de suas viagens com os brancos.

Porém, nenhum costume foi tão drástico quanto negociar membros de sua própria comunidade em troca de armas e ferramentas com os estrangeiros. Anteriormente, apenas os povos inimigos, quando derrotados em batalhas, eram escravizados. Com a mudança de perspectiva, o tuxaua passou a influenciar e convencer outros homens da aldeia a oferecer crianças órfãs e mulheres do seu povo aos brancos.

A mudança de comportamento do líder indígena da narrativa pode ser explicada à luz do conceito de matriz de dominação, de Collins e Bilge (2020), especificamente quando as autoras delineiam a noção de domínio interpessoal do poder. Fica evidente que há uma tentativa por parte do tuxaua de pertencer ao grupo dominante, formado apenas por homens brancos. Performar o patriarcado, segundo os padrões eurocêtricos, constitui um distintivo de poder que molda comportamentos e impõe a necessidade da existência de subalternos — neste caso, mulheres e crianças —, tendo em vista que esse sistema social sustenta a ideia de que o poder e a autoridade

devem se concentrar na figura masculina, dominante nas esferas pública e privada. No entanto, ele não se dá conta de que, mesmo ocupando o lugar de liderança diante da sua comunidade, numa visão interseccional, o indígena continua sendo o *Outro* para os europeus. Os marcadores de raça, classe e etnia continuam atuando de forma a retirar o seu caráter humano.

Outro teórico que contribui para compreender o comportamento do tuxaua é Frantz Fanon (2020a), em sua obra clássica *Pele negra, máscaras brancas*. Nesse estudo, voltado especificamente às questões raciais do povo negro colonizado, ele evidencia como a assimilação forçada de símbolos, culturas e padrões dos colonizadores brancos se torna, para os negros colonizados, uma estratégia de sobrevivência e de busca por aceitação social. No entanto, ao tentar se enquadrar em modelos que lhes são alheios, esses indivíduos se veem em um constante esforço de negação da própria identidade, o que causa efeitos psicológicos devastadores para a constituição do ser.

Fanon (2020a) oferece exemplos concretos do trauma produzido pela interiorização do olhar do outro: o desejo do embranquecimento cultural e/ou físico; o sentimento de inferioridade; a introjeção de estereótipos racistas; e a dificuldade de afirmar uma identidade negra que seja positiva. Se analisarmos o comportamento da personagem de Verunschik sob a perspectiva fanoniana - com as devidas ressalvas, já que não se trata de um homem negro, mas sim de um sujeito indígena - podemos perceber algumas semelhanças de comportamentos, sobretudo quando ele adota modos de vestir, de falar, optando até por alterar o próprio nome na busca por se aproximar do ideal do homem branco. Há, sem dúvida, uma tentativa de embranquecimento cultural por parte do tuxaua, processo que, necessariamente, o conduz a uma dolorosa negação de si mesmo.

No texto *Sobre la Colonialidade del Ser: contribuciones al desarrollo de un concepto*, Maldonado-Torres (2007) destaca a importância do pensamento de Fanon para o desenvolvimento do conceito de *colonialidade do ser*. Para ele, o que Fanon faz não é apenas uma análise da relação entre o senhor e o escravo, como o fez Hegel, mas concentra sua atenção no trauma gerado no encontro entre o sujeito racializado e o sujeito colonizador, destacando a experiência vivida e não apenas na mente dos sujeitos subalternos. Nas palavras de Maldonado-Torres, “Esse é o ponto a partir do qual Fanon começa a elaborar o que poderia ser considerado como o aparato existencial

do “sujeito” produzido pela colonialidade do ser” (Maldonado-Torres, 2007, p. 130, tradução das autoras).³

O conceito de *colonialidade do ser* foi desenvolvido como um contraponto ao pensamento filosófico europeu, mais especificamente à epistemologia cartesiana (Penso, logo sou) e à ontologia heideggeriana (O que é ser?), tendo em vista que esse pensamento privilegia apenas uma epistemologia e não considera a negação ontológica do sujeito subalternizado. Para Maldonado-Torres, a formulação cartesiana esconde outros termos que poderiam ser lidos da seguinte forma: “Eu penso (outros não pensam ou não pensam adequadamente), logo sou (outros não são, estão desprovidos de ser, não devem existir ou são dispensáveis)” (Maldonado-torres, 2007, p. 144, tradução das autoras)⁴. Nesse sentido, o ceticismo misantrópico colonial/racial estaria embutido no pensamento cartesiano, transformando a suspeita de que um sujeito é menos humano – logo, não plenamente existente – em uma certeza filosófica, fundamentada pela razão moderna. Dito de outro modo, quando alguns povos passam a ser classificados como irracionais, a suspeita colonial (“Eles não são plenamente humanos”) ganha base filosófica que justifica e sistematiza esse pensamento.

A colonialidade do ser, portanto, ultrapassa o entendimento de que o racismo colonial se sustenta apenas na exploração econômica e no preconceito racial. Ela instaura também uma hierarquia no próprio nível do ser, rebaixando ontologicamente o sujeito colonizado à condição de alguém situado abaixo do ser e, por isso, considerado descartável.

Outro ponto bastante relevante da teoria de Maldonado-Torres (2007) pertinente a esta análise literária é o fato de o teórico elencar três posturas possíveis diante dos processos de desumanização estabelecidos pela colonialidade. A primeira postura é a *assimilação*, na qual o sujeito colonizado busca ser reconhecido pelo colonizador, aproximando-se de seus valores e padrões de comportamento. A segunda atitude é o *ressentimento*, em que o sujeito colonizado reage com ódio ou aversão, porém, ainda preso à lógica colonial; e a terceira é a *atitude des-colonial*, uma atitude crítica que questiona as bases da colonialidade, pautada no conceito de ceticismo

³ “Ese es el punto a partir del cual Fanon comienza a elaborar lo que pudiera considerarse como el aparato existencial del “sujeto” producido por la colonialidad del ser” (Maldonado-Torres, 2007, p. 130).

⁴ “Yo pienso (otros no piensan o no piensan adecuadamente), luego soy (otros no son, están desprovistos de ser, no deben existir o son dispensables)” (Maldonado-Torres, 2007, p. 144).

descolonizador, segundo a qual é necessário duvidar/questionar não apenas a atitude do colonizador, mas o próprio sistema ontológico e político que define quem é ou não humano.

A partir do pensamento desenvolvido por Maldonado-Torres (2007), podemos analisar a representação dessa postura no trecho da obra de Verunschik em que o tuxaua, pai de Iñe-e, estabelece mais uma negociação com o grupo de pesquisadores europeus. O plano dos europeus consistia em levar para a Alemanha amostras de fauna e flora da selva brasileira, o que incluía também crianças indígenas como parte desse acervo. Após retornar da caçada de escravos, o tuxaua ignora qualquer princípio de seu povo e as orientações do velho xamã e avô da menina, como destaca o narrador: “O pai de Iñe-e e o estrangeiro, que atendia por Martius, firmaram acordo sobre a venda de sete crianças. Mas o homem branco deixaria o porto dos Miranhas levando consigo oito vidas. Iñe-e lhe fora dada como presente (Verunschik, 2021, p.22).

No trecho a seguir, fica claro o total desprezo do tuxaua para com os sentimentos dos seus parentes diante do ocorrido com Iñe-e e uma postura de assimilação dos valores e padrões de comportamento europeus:

Colocada em uma fila com os órfãos de povos inimigos, de nada adiantaram os pedidos e lamentos da mãe, a briga do avô em sua defesa. Iñe-e foi levada, e a mãe ficou para trás como um bicho tristonho, cabisbaixa e andando em círculos. O avô se entristeceu de morte. Tsittsi se embrenhou na floresta. Sabiam que nunca mais voltariam a ver a menina. Iñe-e se tornara presa do desconhecido. (Verunschik, 2021, p. 27)

Ao tuxaua não parece ocorrer a reflexão de que o reconhecimento do ser não depende apenas da autoafirmação ou de uma performance isolada, mas de uma matriz social de reconhecimento que, antecipadamente, define quem é ou não plenamente humano. O sujeito colonizado pode performar como ser, mas continuará sendo lido dentro de uma estrutura que o antecede. Ainda de acordo com o pensamento de Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser não se desfaz a partir de posturas individuais, porque ela é estrutural e coletiva.

Ainda a respeito do trecho da obra de Verunschik, mas a partir da lente interseccional, Collins (2024, p. 25) afirma que “as relações interpessoais de poder moldam a maneira como as pessoas tratam umas às outras no cotidiano. Essa é a violência visível que a maioria vivencia ou testemunha diariamente”. No entanto, para que o domínio interpessoal do poder se concretize, é necessário que

outros domínios já tenham sido previamente instaurados e naturalizados. Os domínios estrutural, disciplinar e cultural também podem ser identificados na narrativa, respectivamente, na ausência de órgãos governamentais que assegurem a proteção dos povos indígenas contra a invasão de pessoas de outras culturas; na falta de normativas que regulamentem e coíbam o tráfico de pessoas e animais do território brasileiro; e na necessidade de consolidação de um imaginário coletivo que compreenda os povos indígenas como sujeitos de direito. Todos esses domínios, em conjunto, seriam os responsáveis por sustentar a exploração e a subalternização no nível interpessoal, concretizados nas interações cotidianas.

Dessa forma, o tuxaua se apresenta como uma personagem paradoxal, situada no entrelugar das violências que se cruzam. Ao mesmo tempo em que exerce o papel de dominador dentro da sua comunidade, reproduzindo atitudes calcadas no patriarcado, ele próprio é submetido a um processo de desumanização que o coloca na posição de subalterno, tal como afirmam Frantz Fanon (2020) e Maldonado-Torres (2007). Essa tensão evidencia como os sistemas de poder não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam em uma teia de opressões que envolvem raça, gênero, classe e localização geográfica.

A perspectiva decolonial, para além de identificar as formas de dominação e desumanização impostas pelos europeus em relação aos povos originários, busca compreender as razões históricas que possibilitaram tais práticas e analisar como essa lógica permanece operante na contemporaneidade. Nesse sentido, as reflexões de Maria Lugones (2008) sobre a colonialidade de gênero ampliam o debate ao demonstrar que a dominação colonial não se limitou a explorar territórios e corpos, mas também impôs uma nova organização social baseada em hierarquias patriarcais, racializadas e profundamente violentas.

Para Lugones (2008), a colonialidade do gênero constitui uma dimensão específica da matriz de poder moderno/colonial, articulada à noção de colonialidade do poder, formulada por Aníbal Quijano (2005). A autora argumenta que o sistema colonial não apenas classificou os sujeitos a partir da raça, mas também instituiu um modelo binário, hierárquico e heteronormativo de gênero, inexistente ou que operava de maneira distinta em muitas sociedades indígenas e africanas. Desse

modo, o gênero, tal como é concebido pela modernidade, é compreendido como uma construção histórica vinculada à colonialidade e não a uma essencialização da diferença sexual.

No texto intitulado *Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender Syst*, publicado originalmente na revista *Hypatia*, Lugones (2007) faz uma referência explícita a Patricia Hill Collins e ao conceito de interseccionalidade, estabelecendo um diálogo crítico e estratégico entre a teoria decolonial e o feminismo negro. Ao reconhecer aquilo que o feminismo negro já havia demonstrado, ou seja, que raça, gênero e classe não operam separadamente e as opressões são estruturais e mutuamente constitutivas, a autora, além de legitimar a crítica ao feminismo universal, também desloca o debate para uma crítica ontológica acerca da própria origem dessas categorias. Para Lugones (2007), o próprio sistema de gênero é uma invenção colonial, o que fundamenta sua tese central: o gênero moderno é inseparável da colonialidade do poder.

entender o lugar do gênero nas sociedades pré-coloniais também é essencial para compreender a extensão e a importância do sistema de gênero na desintegração das relações comunitárias, das relações igualitárias, do pensamento ritual, da tomada de decisões coletivas e das formas de autoridade, bem como das economias, assim, é importante compreender em que medida a imposição desse sistema de gênero foi tão constitutiva da colonialidade do poder quanto a colonialidade do poder foi constitutiva dele, a lógica da relação entre ambos é de constituição mútua, mas já deve estar claro que o sistema moderno/colonial de gênero não pode existir sem a colonialidade do poder, uma vez que a classificação da população em termos de raça é uma condição necessária para sua própria possibilidade (Lugones, 2007, p. 202, tradução das autoras)⁵

Nesse sentido, o que Lugones propõe é que a colonialidade do poder e o sistema de gênero são vias de mão dupla, que se complementam mutuamente. O sistema de gênero não surgiu depois da colonialidade, tampouco é um efeito secundário deste ou consequência do capitalismo. Na medida

⁵ "Understanding the place of gender in precolonial societies is also essential to understanding the extent and importance of the gender system in disintegrating communal relations, egalitarian relations, ritual thinking, collective decision making and authority, and economies. Thus, it is important to understand the extent to which the imposition of this gender system was as constitutive of the coloniality of power as the coloniality of power was constitutive of it. The logic of the relation between them is of mutual constitution.' But it should be clear by now that the colonial, modern, gender system cannot exist without the coloniality of power, since the classification of the population in terms of race is a necessary condition of its possibility" (Lugones, 2007, p. 202)

em que a colonialidade do poder organiza o mundo por meio da classificação racial, o sistema de gênero moderno o organiza por meio de uma classificação sexual binária e hierárquica. O ponto central da teoria da colonialidade de gênero é se o mundo é classificado por raças e há certos grupos que são *menos humanos*, a categoria *mulher* é constituída a partir da mulher branca burguesa, logo, o gênero é racializado desde a sua origem.

No plano ficcional, é possível identificar a representação de uma reorganização interna das relações sociais e de gênero dos povos originários, na qual estruturas são corroídas e hierarquias rígidas e desiguais de gênero são introduzidas. A atitude do tuxaua ao oferecer a própria filha aos cientistas para que fosse levada à Europa, longe de ser apenas uma falha de caráter individual, evidencia o grau de assimilação da racionalidade colonial que desarticula os sistemas comunitários originários e legitima práticas de dominação antes incompatíveis com aquele universo cultural.

É justamente a partir dessa chave interpretativa que se pode compreender, de maneira mais ampla, as análises de Segato (2012) a respeito das violências de gênero. Após a colonização, argumenta a autora, as relações de gênero foram drasticamente modificadas, sendo permanentemente reproduzidas e cristalizadas na episteme da colonialidade. Com base nos dados estatísticos alarmantes sobre o aumento de crimes bárbaros contra as mulheres, Segato (2012) sugere que “a crueldade [dos crimes] e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões” (Segato, 2012, p. 108), delineando uma estreita relação entre patriarcado e modernidade. Há, portanto, uma introdução dos princípios do individualismo, da razão liberal e capitalista, associados ao racismo, que submete os homens não brancos ao estresse e à emasculação, representando um fator importante para o crescimento da violência contra mulheres e crianças.

Em seu texto, a antropóloga apresenta um exemplo que envolve um projeto de lei da chamada “bancada evangélica”, voltado à suposta proteção de crianças indígenas no Brasil. Segundo a proposta, missionários e órgãos de segurança pública passariam a ser responsáveis pela supervisão e vigilância da vida de indígenas, retirando-lhes a autonomia e a capacidade de decisão, além de ampliar a intervenção de não indígenas nas comunidades. Para Segato (2012, p. 109), “uma vez mais, no mundo colonial, a pretensa salvação das crianças é um alibi fundamental para as forças

que pretendem intervir na vida dos povos indígenas, mediante a acusação de que submetem sua própria infância a maus-tratos”.

Na mesma direção, a professora, ativista e Deputada Federal Célia Xakriabá, em artigo publicado na Revista Terena (2019), discute acerca da autonomia dos povos indígenas dentro dos processos de tutela do Estado. Segundo a autora, o movimento indígena surge como um *quarto poder*, ao questionar e enfrentar as estruturas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os três poderes oficiais. Nas palavras de Xakriabá:

Por muito tempo a tutela foi (e será) uma estratégia do Estado, uma estrutura política de controle de nossos corpos-territórios, de forma que fôssemos confinados não apenas em nossos territórios - quando estes são violentados pelos processos de demarcação inconclusos ou colocados sob risco e suspeição - mas também de nossas mentes, nossas expressões ancestrais e, por fim, de nossa identidade. No entanto, em meio a esse histórico de tutela, emergem inúmeras expressões que podem ser caracterizadas como práxis de resistência dos povos indígenas, que se sobrepuseram às opressões históricas e contemporâneas de tutela. (Xakriabá, 2019, p. 149)

Algumas das estratégias mencionadas por ela são a *autonomia alimentar*, destacando a importância das sementes, dos saberes tradicionais e da identidade indígena; a *indigenização escrita*, entendida como uma ferramenta de luta e de construção de autonomia, especialmente na elaboração de projetos no território; a *produção de conhecimento* por meio dos movimentos indígenas que, por sua vez, fortalecem as epistemologias nativas; e ainda a necessidade de *ocupar espaços institucionais fora da aldeia*, questionando a histórica ausência de corpos indígenas em espaços de decisão.

Célia Xakriabá (2019) destaca ainda a relevância da luta da mulher indígena no centro do que ela denomina como *quarto poder*. De acordo com as entrevistas coletadas na comunidade Xakriabá, muitas mulheres acreditavam não ter contribuído de forma ativa nas lutas pela demarcação de terras, porque quem ia a Brasília em busca de diálogo eram os homens da comunidade, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pela plantação, colheita, preparo de alimentos, preservação de sementes e instrução das crianças e jovens. Para Xakriabá (2019), é nessa prática ancestral de cuidar da terra e ensinar as crianças que reside a principal contribuição para o território e para a manutenção das tradições indígenas, colaborando para o rompimento da lógica da tutela.

Essa centralidade do cuidado e da formação das crianças – entendidas pela autora como uma forma de resistência e de continuidade do povo – contrasta fortemente com a ação que dá origem à obra de Verunsch. No romance, proteger as crianças da vida selvagem e dar uma educação civilizada aos moldes europeus foram os álibis dos cientistas para levar as oito crianças indígenas na embarcação. Seis delas não suportam o percurso da viagem e seus corpos são jogados ao mar. Ao destino final, só chegam Iñe-e e o menino Juri. No entanto, por meio de um narrador onisciente em terceira pessoa, que se posiciona de forma crítica e constante diante dessa ação violenta, o texto oferece ao leitor uma explicação mais precisa para essa barbárie, como se observa no seguinte trecho:

É ambicioso. Quer seu nome escrito em letras douradas nos capítulos do século em que vive, quem sabe nos séculos vindouros. E é por conta desse sonho de grandeza e pelo desejo de ciência que parte com o carola ruivo do Johann Spix na empreitada de desvelar para a Europa um dos segredos mais bem guardados dos últimos trezentos anos, as maravilhas do Brasil. (Verunsch, 2021, p. 31)

A busca por uma ambição pessoal, em detrimento da manutenção da vida do outro, evidencia a lógica liberal fundada no primado do sucesso individual. Em nome de um suposto projeto científico e civilizatório, Martius e Spix, representantes do poder colonial, assumem para si o poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Ao embarcarem as crianças, ignoram deliberadamente a fragilidade de seus sistemas imunológicos, totalmente despreparados para suportar uma mudança tão drástica de ambiente. Assim, o reconhecimento dos cientistas como grandes exploradores é construído à custa do sofrimento indígena, reafirmando a dimensão assujeitadora e violenta da ciência imperialista.

De acordo com Aníbal Quijano (2019), em sua teoria da Colonialidade do Poder, a Modernidade constrói e mantém um sistema de hierarquias raciais, epistêmicas e políticas que legitima a superioridade europeia e organiza o mundo segundo seus próprios parâmetros. Nesse sentido, a ação dos cientistas Martius e Spix, ao submeterem as crianças indígenas a um experimento científico nomeado de missão civilizatória⁶, reproduz exatamente essa lógica: a vida

⁶ Para conhecer mais sobre esse caso, indicamos a leitura das matérias da BBC/Brasil nos seguintes links: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy5yy6k0n6yo> e

indígena é vista como de menor importância, seus saberes são desqualificados e sua existência só adquire alguma relevância desde que contribua com o projeto colonial. Desse modo, o episódio evidencia como a ciência europeia opera como instrumento de poder, reforçando a subalternização dos povos colonizados.

Fica evidente que, embora o colonialismo formal tenha terminado, as lógicas que o sustentaram continuam estruturando as relações sociais, econômicas, políticas, raciais, de gênero e de saber. Em outras palavras, como argumenta o *Grupo Modernidad/Colonialidad*⁷ - coletivo de intelectuais latino-americanos constituído no final dos anos 1990 - o colonialismo deixou de ser apenas um evento histórico para se tornar uma estrutura constitutiva da modernidade. Nessa perspectiva, a modernidade é inseparável da colonialidade, que permanece operando como matriz de poder mesmo após o fim das administrações coloniais formais.

Assim, o massacre dos povos indígenas durante o processo de colonização, a escravização de populações africanas, a violência contra mulheres e crianças ou, ainda, a tutela imposta pelo Estado aos povos indígenas, denunciada por Xakriabá (2019), são violências que compartilham a mesma origem: a modernidade colonial.

Diante disso, torna-se possível compreender como as desigualdades produzidas pela modernidade colonial não operam de modo isolado, mas se articulam em múltiplos eixos de opressão. É nesse ponto que a reflexão de Collins (2024) sobre a interseccionalidade letal oferece um complemento fundamental. Ao mostrar que sistemas de dominação - como racismo, sexismo, classismo - se reforçam mutuamente, a autora evidencia que a violência não é distribuída de forma homogênea na sociedade. Pelo contrário, ela atinge de maneira mais intensa os sujeitos posicionados nas intersecções mais vulnerabilizadas dessas estruturas. Em razão disso, sua observação torna-se especialmente pertinente: “Pessoas do sexo masculino, brancas e ricas podem ser protegidas da violência interseccional e podem enxergar a violência que acomete seus subordinados como justificada, se é que enxergam violência” (Collins, 2024, p. 26). Essa formulação revela que a proteção de uns e a exposição de outros não são acidentais, mas resultado direto da

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy5yy6k0n6yo>, acessadas em 12 de dezembro de 2025.

⁷ DUSSEL, Enrique (org.). *Hacia una teoría de la Modernidad/Colonialidad*. Madrid: Akal, 2025.

combinação entre a hierarquização moderna/colonial e a interação entre raça, gênero e classe, que define quem pode viver e quem pode ser violentado.

Alguns teóricos do Sul global, como Edward Said (1990), Gayatri Spivak (2010), Enrique Dussel (2025), Frantz Fanon (2020b), entre outros, chamam a atenção para a construção discursiva da suposta incapacidade de racionalização plena atribuída aos povos colonizados como uma estratégia de desumanização. Tal representação, longe de descrever uma condição real, constituiu uma projeção ideológica que operou como fundamento para legitimar a tutela, a dominação e a violência exercidas pelos colonizadores.

Em *Os condenados da terra*, mais especificamente no capítulo I, Sobre a Violência, Fanon (2020b) descreve algumas dessas estratégias utilizadas pelos colonizadores no processo de dominação que buscava reforçar a imagem do colonizado a partir de uma noção de sujeito incapaz de raciocínio pleno, primitivo e sem valores morais. Para além da dominação econômica e política, afirma Fanon (2020b), o maniqueísmo também organizava o mundo de forma moral binária: Bem x Mau, Civilizado x Selvagem e Humano x Não Humano, a fim de justificar a missão moral do sistema colonial. Vejamos a citação abaixo:

Às vezes esse maniqueísmo chega ao extremo da sua lógica e desumaniza o colonizado. Propriamente falando, animaliza-o. E, na realidade, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. [...]. Mas o colonizado, que compreende o projeto do colono, o processo exato que se pretende fazer-lhe seguir, sabe imediatamente em que pensa [...]. O colonizado sabe tudo isso e ri cada vez que se descobre como animal nas palavras do outro. Porque sabe que não é um animal. Ao mesmo tempo que descobre a sua humanidade, começa a polir as suas armas para as fazer triunfar (Fanon, 2020b, p. 26)

Na citação, chama a atenção o fato de o autor não se restringir a descrever a atitude do sujeito colonizador, mas também a reação do colonizado diante de tamanha violência. Essa reação vai de encontro à imagem que se tenta cristalizar, pois o colonizado compreende o projeto que lhe é imposto, reconhece a estratégia de inferiorização e, ao perceber-se reduzido à condição de animal nas palavras do outro, reage com lucidez e ironia. Dessa forma, rompe-se com a fixidez identitária

imposta pelo poder colonial e inaugura-se um movimento de afirmação da própria humanidade, que se configura como modo de resistência e de preparação para a luta.

No romance de Verunsch, há uma passagem bastante emblemática em que é possível observar, a partir do narrador onisciente, o contraste de perspectivas destacado por Fanon (2020b).

Duas das crianças mais novas choramingavam a viagem inteira. As demais, embora imersas em si mesmas, em silêncio, estavam visivelmente abaladas. Martius, por sua vez, parecia feliz. Ele as olhava como que maravilhado, e seus olhos claros pareciam verdadeiramente os olhos de alguém que fosse bom, e esse era precisamente o engano, sabia a menina. Como pode ser bom alguém que compra outras pessoas? Que as leva para longe dos seus parentes? Eram as perguntas que lñe-e remoía dentro de si mesma (VERUNSCHK, 2021, p. 28)

Diante do trecho acima, duas perspectivas contrastantes nos chamam a atenção: o comportamento sádico de Martius e a reflexão ética de uma criança diante do processo de desumanização vivenciado por ela e pelos demais. Sobre a primeira perspectiva, para além de exercer a violência, os representantes do poder colonial frequentemente se revestem do componente sádico que se manifesta no prazer de degradar aqueles que foram reduzidos à condição de menos humano. Esse sadismo integra uma práxis destinada a reforçar a hierarquia entre quem domina e quem é dominado. Em contraste, lñe-e, a despeito da pouca idade, empreende uma leitura perspicaz da conduta do cientista. É possível identificar um aparato ético elevado que a faz discernir sobre o quanto aquelas ações a que ela e as demais crianças foram submetidas são inadequadas, desvelando um senso de justiça e uma recusa a essa lógica. Assim, enquanto o poder colonial se afirma pela exibição cruel da força, os subalternos afirmam sua humanidade pela lucidez crítica e pela elaboração ética da própria experiência de opressão.

Fica evidente, portanto, que, para o cientista, o sofrimento das crianças, visível em seus rostos e comportamentos, não tinha a menor relevância, desde que o objetivo final - a consolidação do conhecimento europeu a respeito da vida selvagem no Brasil - fosse alcançado. Ao destacar a cor clara dos olhos, o narrador enfatiza a marca fenotípica e a origem daquele que, à primeira vista, poderia parecer um homem bom; contudo, essa aparência não é capaz de enganar lñe-e, que reconhece, para além da superfície, a lógica violenta que sustenta sua atuação.

Em *Intersecções Letais* (2024), Collins analisa uma prática semelhante à descrita no romance de Verunschk. Desde o século XIX até final dos anos 90, no Canadá, Austrália e Estados Unidos, crianças indígenas a partir dos três anos de idade eram retiradas de seus locais de origem e levadas a internatos católicos, onde milhares delas foram mortas, sob a justificativa de uma missão civilizatória¹. Vejamos:

As escolas indígenas ficavam localizadas longe da casa das famílias, e a intenção era transformar imediatamente a aparência e o comportamento das crianças, que eram punidas por falar línguas nativas e recebiam novos nomes para indicar a nova identidade. Uma vez incorporadas ao sistema de educação indígena, essas crianças encontravam um currículo que as treinava para serem trabalhadoras. Nesse sentido, a violência política da guerra que dizimou os povos indígenas foi seguida por um genocídio cultural que visava a assimilar as crianças ao mercado de trabalho como cidadãos úteis de segunda classe. (Collins, 2024, p. 232)

Diante desse cenário, Collins (2024, p. 233) indaga: “Por que essa política específica foi desenvolvida para as crianças dos povos indígenas? Por que a educação foi a arma escolhida pelas autoridades governamentais e religiosas?”. Para a autora, essa prática atesta uma intersecção letal entre raça, classe, etnia e idade. A supremacia branca era promovida ativamente, enquanto a cultura e a tradição indígenas eram sistematicamente inferiorizadas; assim, a categorização das crianças como brancas, negras ou indígenas as colocava em intersecções letais distintas, que moldavam os padrões de cuidado e o tratamento que recebiam.

Além de esclarecer e exemplificar o conceito de *Intersecção Letal*, Collins (2024) dá destaque às estratégias de resistência, adotadas pelas vítimas, seus familiares ou pela sociedade de forma em geral, diante dessas violências. De acordo com a autora, no caso das crianças indígenas levadas aos internatos e submetidas às violências do Estado e da Igreja, a recuperação da memória sobre esse fato constitui um compromisso ético e político. Seja por meio da publicação de memórias individuais e coletivas dos sobreviventes, seja pela via da ficção, pessoas indígenas buscam tornar visíveis os efeitos dessas práticas em suas comunidades, evidenciando a gravidade da violência produzida pelas políticas de separação familiar.

Nesse sentido, a memória não funciona apenas como gesto de rememoração individual ou uma reparação simbólica, mas uma forma ativa de enfrentamento à intersecção letal. Essa prática

política desafia as narrativas oficiais, tanto do Estado quanto religiosas, que foram historicamente responsáveis pelo silenciamento dessas vozes subalternizadas.

Na condição de historiadora e escritora feminista, Micheliny Verunschik tem mostrado, ao longo de sua vasta produção literária, um comprometimento ético e estético com o resgate da memória de grupos historicamente marginalizados, como indígenas, mulheres submetidas a regimes de dominação patriarcal e religiosa, órfãos da ditadura militar brasileira, entre outros. Como mencionado anteriormente, em *O som do rugido da onça*, Verunschik recupera a memória de crianças indígenas levadas à Europa, ficcionalizando esse fato histórico a partir de uma perspectiva até então silenciada: a das vítimas. Desse modo, a autora afirma-se como uma voz cada vez mais relevante, junto a outras autoras no contexto latino-americano, ao promover, por meio da literatura, uma forma de justiça social.

Para esse fim, a autora adota em sua obra o foco narrativo centrado na personagem Iñe- e, em que o narrador oferece ao leitor uma versão dos acontecimentos que se contrapõe frontalmente àquela registrada pelos cientistas em seus documentos oficiais, marcados pela pretensão de objetividade e pelo olhar do colonizador. Trata-se, portanto, de um narrador heterodiegético⁸, que, embora se mantenha externo à ação, detém total acesso à interioridade das personagens, especialmente de Iñe-e, acompanhando seus pensamentos, percepções e medos. Essa onisciência desloca o eixo da narrativa do registro institucional para a experiência subjetiva da menina, produzindo, no leitor, empatia e identificação. A partir dessa perspectiva, os fatos do passado se reconfiguram, revelando sentidos silenciados pela escrita científica e instaurando uma narrativa que reivindica memória, voz e humanidade para quem havia sido reduzido a objeto de investigação.

Considerações Finais

Nessa incursão analítica, examinamos a obra *O som do rugido da onça*, de Micheliny Verunschik, a partir de duas perspectivas teóricas complementares: a noção de interseccionalidade letal, proposta pela autora estadunidense Patricia Hill Collins (2024), e a teoria decolonial, com

⁸ Conceito estabelecido por Gérard Genette (1995), em *O Discurso da Narrativa*.

ênfase na decolonialidade de gênero, desenvolvida por Maria Lugones (2007; 2008) e Rita Segato (2012).

A representação das crianças indígenas levadas à Europa, no século XIX, como objetos de uma coleção marcada pela crueldade — e que morrem em solo europeu logo após a chegada — evidencia, de forma contundente, o funcionamento da intersecção letal sobre sujeitos situados em cruzamentos específicos de classe, raça, gênero e etnia. Ao reunir todos esses marcadores de opressão, a personagem Iñe-e torna-se alvo de violências sistematicamente perpetradas pelo Estado e por agentes de um patriarcado branco e europeu.

A análise também permitiu identificar que tais práticas de desumanização do Outro têm origem no período colonial e se mantêm, de maneira estrutural, na contemporaneidade, aprofundando-se à medida que o capitalismo, o neoliberalismo e, conseqüentemente, o individualismo atingem níveis cada vez mais elevados nas sociedades atuais. Nesse contexto, mulheres e crianças racializadas permanecem como vítimas preferenciais dessas intersecções letais, o que reforça a atualidade política e ética da narrativa de Verunschik, bem como a pertinência das categorias teóricas mobilizadas ao longo deste estudo.

Por fim, foi possível compreender como a autora, eticamente comprometida, busca resgatar a memória de povos historicamente subalternizados e disputar narrativas, com o propósito de impedir que as vítimas da modernidade colonial sejam relegadas ao esquecimento e que as violências por elas sofridas se repitam. Para tanto, Verunschik recorre a um narrador heterodiegético, que mantém o foco narrativo centrado na personagem Iñe-e, não deixando dúvidas quanto ao seu posicionamento crítico diante das ações dos exploradores. As escolhas lexicais, articuladas ao controle do foco narrativo, produzem no leitor um efeito de identificação e empatia que os registros científicos elaborados pelos próprios agentes da violência são incapazes de suscitar.

Para estudos futuros, mostra-se pertinente um exame mais detido das ações das personagens nas partes dois e três do romance, especialmente no que se refere aos modos de resistência às violências interseccionais que atravessam a narrativa. Tal aprofundamento possibilitaria investigar de que maneira essas personagens elaboram estratégias simbólicas, afetivas e políticas de enfrentamento às estruturas coloniais, patriarcais e raciais que as oprimem, bem como compreender de que forma essas práticas de resistência dialogam com os pressupostos da

interseccionalidade e da teoria decolonial. Além disso, a análise dessas seções pode contribuir para uma leitura mais ampla da obra, evidenciando não apenas a dimensão da violência, mas também as formas de reexistência construídas no interior do texto literário.

CRedit
Reconhecimentos: Não é aplicável.
Financiamento: Não é aplicável.
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: Não é aplicável.
Contribuições dos autores:
LEITE, Auricélia Moreira. Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.
MARQUES, Moama Lorena de Lacerda. Conceitualização, Metodologia, Supervisão, Validação, Escrita - revisão e edição.

Referências

- COLLINS, Patricia Hill. *Intersecções letais: raça, gênero e violência*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade* [recurso eletrônico]. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir de feminismos decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- DUSSEL, Enrique (org.). *Hacia una teoría de la Modernidad/Colonialidad*. Madrid: Akal, 2025.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha; Lucy Magalhães. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 3. ed., 1995.
- LUGONES, María. *Heterosexualism and the colonial/modern gender system*. Hypatia, v. 22, n. 1, p. 186–209, inverno 2007. Publicado por Wiley em nome de Hypatia, Inc.. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4640051>. Acesso em: 19 fev. 2026.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo decolonial. In: MIGNOLO, Walter (org.). *Género y descolonialidad*. 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2008. p. 13 – 54.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127–167.

QUIJANO, Aníbal. *Ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Org. Walter Mignolo. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, Coimbra, n. 18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 19 fev. 26. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

VERUNSCHK, Micheliney. *O som do rugido da onça*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

XAKRIABÁ, Célia. Concepção de uma xacriabá sobre a autonomia indígena em meio a processos de tutela. In: GONÇALVES, Daniele Lorenço (Org.). *Vukápanavo: Revista Terena*, ano 2 n. 2, out./nov. 2019, p.84-127.